

Trabalho e combate à vadiagem: representações da mão-de-obra nos discursos dos periódicos de São João del-Rei (1871-1888)¹

Flávio Raimundo Giarola

Mestre em História (UFJS) e Doutorando em História (UFMG)

flaviogiarola@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo tem como proposta entender as representações em torno de nacionais, negros e imigrantes, decorrentes de uma mudança da visão do trabalho no Brasil a partir de meados do século XIX. Para isso, utilizamos como fonte a imprensa da cidade de São João del-Rei, buscando demonstrar como as representações em torno das alternativas de mão de obra no período de crise do escravismo tenderam a valorizar os imigrantes de origem europeia como trabalhadores natos, enquanto negros e nacionais foram tidos como vadios. Por conta disto, os periódicos passaram a exigir que o combate à vadiagem fosse política prioritária dos governos provincial e imperial.

PALAVRAS-CHAVE: Mão de obra, Vadiagem, Representações.

ABSTRACT: The article aims to understand the representations about national peoples, immigrants and blacks, arising of a change of vision of labor in Brazil since the mid-nineteenth century. For this, we used as source the press in Sao Joao del Rei city, to demonstrate how the representations about the alternatives of manpower, in the slavery final period in Brazil, valorized the European immigrants as native workers, in the same time which blacks and national peoples were identified as vagrants. Because of this, the journals started demanding that the fight against vagrancy was a priority policy of the provincial and imperial governments.

KEYWORDS: Manpower, Vagrancy, Representations.

Repressão à ociosidade e a visão do trabalho no ocaso do Império

Por volta de meados do século XIX, a visão que se tinha diante do trabalho no Brasil começou a ser alterada, em grande parte, devido às transformações que anunciavam o fim do escravismo no país, como a interrupção do tráfico negreiro (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), entre outros. De acordo com Sidney Chalhoub, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre colocou as elites da época diante da necessidade premente de realizar reajustes no seu universo mental, de adequar sua visão de mundo às transformações socioeconômicas que estavam em andamento.² Deste modo, o trabalho, sobretudo o manual, que até então era tido como repulsivo por ser ligado ao escravo, começou a ser mais bem visto entre estas elites, que

¹Artigo resultante de pesquisa intitulada “As representações da mão de obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871-1889)”, desenvolvida durante o mestrado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), sob a orientação do professor Dr. Danilo José Zioni Ferretti, com bolsa CAPES/Reuni.

² CHALHOUB, Sidney. Vadios e Barões no Ocaso do Império: O debate sobre a repressão da ociosidade na câmara dos deputados em 1888. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. IX, nºs 1 e 2, p. 53, jul./dez. 1983.

precisavam de novos aparatos discursivos para manter o controle sobre a mão de obra no regime de trabalho livre.

Márcia Regina C. Naxara chama a atenção para a relação entre trabalho, progresso e civilização que se torna patente em fins do século XIX, aparecendo o primeiro como condição para que houvesse os outros dois. Com isso, o Brasil, visto pelos olhos das elites e dos estrangeiros que aqui estiveram, foi interpretado como um lugar onde o potencial de trabalho e o consequente aproveitamento dos recursos naturais mantinham-se à margem do processo produtivo, entretendo o desenvolvimento material da sociedade e, portanto, dificultando a marcha para o progresso e a civilização.³

A autora afirma também que, no período de crise do sistema escravista, ocorreu uma desqualificação do brasileiro pobre que serviu para que houvesse a valorização do imigrante e para a justificação de uma determinada política de imigração impregnada de preconceitos, definida ou resultante de uma tensão permanente, provocada não só pelo processo que levou à escolha do branco europeu, mas também pela preocupação de como controlar e submeter a um trabalho árduo, contínuo e disciplinado, amplas parcelas da população, fosse ela imigrante, nacional, branca, mestiça ou negra.⁴

Apesar da preferência pelo imigrante europeu como substituto do trabalho escravo, os políticos e intelectuais do Império defendiam o estabelecimento de medidas que obrigassem os egressos do cativo ao trabalho. Esta perspectiva era tida como uma forma de evitar que os libertos comprometessem a ordem, já que estavam, segundo a visão das elites, despreparados para a vida em sociedade. Deste modo, pretendia-se reprimir os seus vícios, trazidos de seu estado anterior, que seriam vencidos através da educação, que buscava criar o hábito do trabalho por meio da repressão e da obrigatoriedade.⁵

Por outro lado, de acordo com Peter Eisenberg, os entusiastas do trabalhador livre nacional no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1878 consideravam que ele poderia ser um importante fornecedor de mão-de-obra. Afirmavam que estes viviam na ociosidade, estando desempregados ou subempregados, e por isso podiam ser melhor aproveitados pela grande

³ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: Representações do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Annablume, 1998, p.48.

⁴ _____. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 49.

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Vadios e Barões no Ocaso do Império...*, p. 56.

lavoura.⁶ Apesar da concordância a respeito da ociosidade do trabalhador livre nacional, os congressistas discordaram quanto às causas e curas dessa inatividade:

As causas foram encaradas como falta de repressão, politicagem e ausência de incentivos positivos. Quem identificava a ociosidade como resultado da falta de repressão apelou para a “correção e polícia que moralize e sujeite ao trabalho a classe jornaleira”. Muita gente pediu uma maior repressão da vagabundagem, “uma boa lei de locação de serviços” e “sumaríssimo processo” [...].⁷

Com o intuito de controle e “direção previdente” da força de trabalho, a Câmara de Deputados, em dezembro de 1878, aprovou uma nova lei de locação de serviços. Maria Lúcia Lamounier afirma que o texto era extenso e minucioso, regulamentando os contratos efetivados especificamente na agricultura, com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições dos sistemas de parceria agrícola e pecuária e locação dos serviços⁸:

Cuidando principalmente das garantias necessárias para o cumprimento dos contratos, a nova lei de locação de serviços previa com acuidade as faltas e negligências dos contratantes e dispunha detalhadamente do processo e das penalidades competentes.⁹

Com relação aos trabalhadores nacionais livres, costumeiramente taxados de indolentes e vadios, a lei tinha o intuito de restringir a limites definidos e previsíveis as relações de trabalho, oferecendo aos fazendeiros de café e proprietários de engenhos as garantias necessárias para o uso de seus serviços e o cumprimento dos contratos.

A diferença dos prazos dos contratos para os nacionais e para os estrangeiros e os artigos referentes à renovação dos contratos, também diferentes para uns e outros, indicam as condições que eram reservadas para o trabalhador nacional: a obrigação de contratar os seus serviços por seis anos – período mínimo, já que a renovação poderia ser requerida sem a expressa vontade do contratado – e penas de prisão para aqueles que não cumprissem as obrigações ajustadas.¹⁰

Ao analisar os debates no parlamento com relação à repressão à ociosidade, Sidney Chalhoub percebe a procura por uma justificativa ideológica para o trabalho, ou seja, de razões que pudessem justificar a sua obrigatoriedade para as classes menos favorecidas da estrutura social. Com isso, nota-se uma mudança de perspectiva com relação à imagem do trabalho na mentalidade da elite imperial, pelo menos ao nível dos discursos. Se antes o trabalho braçal era indigno, por se relacionar ao escravo, agora ele era representado como o elemento ordenador da

⁶ EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p.144.

⁷ EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos...*, p. 145.

⁸ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre* (A lei de locação de serviços de 1879). Campinas: Papirus, 1988, p.09.

⁹ _____. *Da escravidão ao trabalho livre...*, p. 09.

¹⁰ _____. *Da escravidão ao trabalho livre...*, p. 127.

sociedade: “O cidadão, portanto, está permanentemente endividado com a sociedade e deve retribuir o que dela recebe com o seu trabalho”¹¹.

Outro ponto fundamental, para Chalhoub, é a relação que se estabelece entre trabalho e moralidade. Segundo o autor, uma das justificativas ideológicas do projeto de repressão à vadiagem de 1888 - elaborado pelo Ministro da Justiça, Ferreira Viana, e apreciado pela *Câmara dos Deputados* em julho – era a intenção de moralizar o indivíduo pelo trabalho. Seria preciso inculcar nos cidadãos o hábito do trabalho, única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos.¹²

Assim sendo, o trabalho ganha aspectos positivos a partir do momento em que a abolição torna-se iminente e a introdução de imigrantes passa a ser viável:

Por um lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam constituir uma nova ética do trabalho. [...] o conceito de trabalho precisava se despir do seu caráter aviltante e degradador característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando-se então o elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil.¹³

Nesse contexto, o imigrante passa, portanto, a representar o símbolo do trabalho ordeiro e pacífico, disciplinado pelas transformações sofridas na Europa após a Revolução Industrial.

Dito isto, investigaremos nos parágrafos que se seguem como se deu esse debate na cidade de São João del-Rei. Nossa intenção é identificar a introdução dessas ideias de positividade do trabalho e combate à vadiagem na cidade e a forma como elas contribuíram para a formação de diferentes representações em torno de negros, imigrantes e nacionais livres, principalmente a partir da década de 1880. Acreditamos que a análise em particular deste município pode ser esclarecedora da popularização e penetração destas ideias pelo interior de Minas Gerais. Desta forma, representações externas a esta sociedade, forjadas, sobretudo, em São Paulo e na Corte, eram interiorizadas pela elite sanjoanense e divulgadas pela imprensa na forma de constatação óbvia.

Dos males da “vagabundagem”: a representação do nacional vadio

A imagem do trabalhador nacional - indivíduos pobres, em sua maioria, de origem mestiça e que, quando não eram agregados nas fazendas, exerciam trabalhos com vista à sua

¹¹ CHALHOUB, Sidney. *Vadios e Barões no Ocaso do Império...*, p. 58.

¹² CHALHOUB, Sidney. *Vadios e Barões no Ocaso do Império...*, p. 58.

¹³ _____. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.65.

subsistência – era constantemente relacionada, na imprensa de São João del-Rei, à vagabundagem. No entanto, nenhum periódico preocupou-se tanto com a repressão aos ociosos como a *Gazeta Mineira*, impresso que teve como seus redatores João Salustiano Moreira Mourão e Francisco de Paula Moreira Mourão e que se identificava como órgão isento dos conflitos partidários, apesar da afiliação de seus redatores ao partido conservador. O tema tinha tanta importância para este jornal que, em 1884, publicou uma série de artigos que apresentavam os males da vadiagem, buscava suas origens e, por fim, expunha soluções.

O periódico justificava a sua insistência na crítica à vadiagem dizendo que seria direito dos que trabalham exigirem que não haja vagabundos, visto que estes, não podendo deixar de consumir, participavam dos capitais e benefícios sociais, sem para eles contribuírem com recursos morais, intelectuais, de capital ou de trabalho.

Há pois na parte da sociedade que trabalha o *direito* de exigência à entrada no caminho do labor da outra parte parasitária. É em virtude desse indestrutível direito, resultando ainda da solidariedade social, que solicitamos da sociedade e dos indivíduos laboriosos, assim como dos poderes públicos, as mais severas medidas para a cessação da vagabundagem em nosso país.¹⁴

Na edição de 07 de agosto de 1884, a *Gazeta Mineira* dava início à publicação de diversos escritos com o título sugestivo: “Organização Moral e Econômica do Trabalho”. O primeiro tema a ser tratado era a vadiagem e logo no primeiro parágrafo já se lia o seguinte:

A vagabundagem é sempre um fenômeno geral e característico dos países mal constituídos. Ao contrário, numa sociedade bem organizada, ela é um fato bastante anormal: é como um espinho num organismo são, trazendo supurações locais e mal-estar geral. Por isso os povos laboriosos, sóbrios e econômicos não a podem tolerar em seu seio. Entre nós, porém, a vagabundagem é doença crônica que tem penetrado fundo no organismo imperfeito e enfermo do país, ora identificando-se com sua economia, ora provocando nesta, singulares atrofiações ou ameaçando-a com desastrosas congestões.¹⁵

O impresso vê, portanto, o Brasil como uma sociedade mal organizada e, por isso, sujeita aos males da vagabundagem. Por outro lado, os povos laboriosos, aos quais o jornal se refere, devem ser os países europeus com a inclusão, talvez, dos Estados Unidos. Nestes últimos, as ações correcionais da polícia local ou leis severas dirigidas contra os vadios seriam suficientes para acabar com essa “doença social”. No Brasil, no entanto, a questão era mais complexa, já que nele a vadiagem é “uma lepra que tem, como o escravismo, donde em grande parte deriva, contaminado o organismo nacional inteiro”¹⁶. Assim, dever-se-ia inquirir a respeito das

¹⁴ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 45, p. 2, 01 de setembro de 1884. Todas as fontes citadas neste artigo encontram-se no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João Del-Rei.

¹⁵ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 41, p. 1, 07 de agosto de 1884.

¹⁶ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 41, p. 1, 07 de agosto de 1884.

manifestações da vagabundagem, de sua natureza e de suas verdadeiras causas e efeitos, para que se pudesse aplicar os remédios adequados à realidade do país.

A *Gazeta Mineira* explicava também que havia duas causas principais para a vagabundagem: uma social ou do meio, outra individual ou íntima. A primeira era a que ocorria com os países europeus naquele período, onde o número excessivo da população não permitia a total inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. “É óbvio que, faltando trabalho não poderá o indivíduo trabalhar... Isso é um fato social que acarreta o pauperismo e a vagabundagem”.¹⁷ Seria, de acordo com o impresso, o grande impulsionador da imigração em massa de países como a Irlanda.

Fica evidente que o autor do artigo pretende amenizar as possíveis ocorrências de vadiagem nos países europeus e nas populações imigrantes. O imigrante migra porque quer trabalhar, não porque é vadio. Devemos ressaltar que a *Gazeta Mineira* foi umas das maiores defensoras da causa imigrantista na cidade. Voltaremos a este assunto no item 5 deste artigo, quando trataremos da idealização dos imigrantes enquanto trabalhador nato.

Já no Brasil, a vagabundagem seria um fato individual, “pois não há neste país, do mesmo modo que na Europa, falta de trabalho”¹⁸. Apesar disso, o periódico faz referência à má constituição agrária e econômica do país, à exiguidade de sua indústria, às desastrosas condições políticas, à lassidão dos costumes, à fraqueza das leis e à imprestabilidade da maioria de seus executores, como fatores fundamentais para a persistência da vadiagem.

Segundo o impresso, a vadiagem apresentava-se por dois aspectos diferentes: um inofensivo e outro ofensivo. O primeiro aparecia na forma do caboclo de vida livre e independente do interior: “O indivíduo habita numa choça de palha, à beira de um rio, em roda da qual planta umas bananeiras e uns pés de mandioca e vive disso e da pesca”¹⁹. Interessante notar que, ainda que seja considerado inofensivo, o nacional livre é tido pelo jornal como um vadio e, por isso, a ele deveriam ser direcionadas medidas que o levassem ao trabalho digno e produtivo. O problema destes indivíduos é que não contribuía para o desenvolvimento social, “pouco da sociedade auferem também e pouco consomem do capital social”²⁰.

Deveriam ser antes chamados de “ociosos”, pois eram mais inúteis do que “prejudiciosos”. Necessitava-se, portanto, que lhes dirigissem ações civilizatórias, criando-lhes novas necessidades, “para cuja satisfação terão eles de empregar maiores esforços, ou desperta-

¹⁷ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 41, p. 1, 07 de agosto de 1884.

¹⁸ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 42, p. 1, 10 de agosto de 1884.

¹⁹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

²⁰ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

lhes novos interesses”²¹. A presença de um engenho central, a doação de um lote de terra ou a vizinhança de núcleos coloniais seriam interessantes escolas práticas para sua transformação social. “Como meio de repressão achamos ser suficiente a obrigação do pagamento do imposto pessoal ou de profissão, sob pena de colonização em núcleos civis”²².

Já a vagabundagem com aspecto ofensivo, quando os indivíduos não são apenas “inúteis” não produzindo, mas prejudiciais, consumindo o que outros produzem, era o caso dos “capangas do interior e da cidade”. Nestes o jornal não prolongou muito em sua descrição, apenas afirmava que era contra eles que deviam “ser dirigidas as severidades das medidas que propomos no correr deste trabalho”²³.

Também a tentativa de colonizar o Brasil com nacionais, segundo o impresso, tornava-se problemática na medida em que o colono brasileiro é, “por si só, dado ao descanso e descuidoso do futuro”²⁴. Por outro lado, dever-se-ia dar cabo dos agregados que “são uma das causas principais da falta de braços à lavoura, e mesmo o seu maior atraso”²⁵. A *Gazeta Mineira* considerava que estes eram verdadeiros parasitas, e, somente com sua exclusão, a lavoura poderia prosperar, pois “essa imensidade de pessoas, no caso de prestarem serviços, e que no entanto vive na mais completa ociosidade, procuraria um meio qualquer de subsistência”²⁶.

Fica evidente a presença no impresso de um imaginário comum à elite do período diante da população livre nacional. Como afirma Naxara, no *Congresso Agrícola* de 1878 já se colocava a questão da necessidade da educação e, eventualmente, da repressão, como forma de encaminhar ao mundo do trabalho a maioria dos brasileiros livres pobres que, de acordo com a imagem que deles faziam as elites, não o fariam por vontade própria.²⁷ Sobre Minas Gerais, Fábio F. de Almeida Castilho mostra que, em 1870, o então presidente da província, José Maria de Sá Benevides, ponderava que a colonização e o aproveitamento dos braços nacionais, que “vivem ociosos”, eram necessidades administrativas da província, que atendidas dariam enorme impulso à prosperidade “material e moral” de Minas.²⁸

²¹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

²² *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

²³ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

²⁴ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 50, p. 1, 23 de setembro de 1884.

²⁵ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 50, p. 1, 23 de setembro de 1884.

²⁶ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 50, p. 2, 23 de setembro de 1884.

²⁷ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 47.

²⁸ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, p. 62.

Ana Lúcia Duarte Lanna, por seu turno, percebe nos discursos dos proprietários de fazendas em Minas Gerais a insistência na necessidade de controle e repressão aos trabalhadores taxados de ociosos e vagabundos:

A questão não é uma ausência quantitativa de braços para a lavoura. É antes de tudo uma questão política de transformação desses trabalhadores em mão-de-obra adequada para a exploração da terra.²⁹

Assim, a *Gazeta Mineira* reiterava, em São João del-Rei, uma série de discursos mais amplos que interpretavam o nacional livre como ocioso e vagabundo. O caboclo independente, principalmente, era visto como vadio por não contribuir, segundo o periódico, para o desenvolvimento do Brasil, que só seria alcançado através do trabalho.

Outro jornal que discutiu o assunto na cidade foi o órgão conservador *O Arauto de Minas*, que tinha como seu redator e proprietário Severiano Nunes Cardozo de Rezende, professor, advogado provisionado, escritor e importante político da região. Menos explicativo e detalhista que a *Gazeta Mineira*, acreditava que a indolência no Brasil tinha uma causa bem específica, a escravidão. Explicava seu ponto de vista da seguinte forma:

Desenganam-se os estadistas, não se desarraigam de um dia para outro hábitos inveterados, efeitos de uma viciosa organização social; não se altera, não se muda facilmente o estado de uma nação. Nos países onde dominou por muito tempo a instituição da escravatura, a indolência substituiu o amor ao trabalho, e toda a profissão manual, considerada como vil e degradante, por ser exclusiva do escravo, foi deixada em abandono.³⁰

O artigo seguia dizendo que a escravidão teria acomodado os proprietários, que não procuravam meios para substituir a “máquina de trabalho” que era o negro. Também apresentava um projeto de educação dos libertos pela lei de 1871, que trataremos com mais atenção no item 4 deste artigo.

O impresso conservador voltava a expor sua preocupação com relação à vadiagem em artigo de 10 de novembro de 1883. O periódico afirmava que nas ruas da cidade e pelos subúrbios “a vagabundagem audaciosa entrega-se aos vícios e para alimentá-los conseqüentemente atira-se ao roubo”³¹. Nota-se a intrínseca relação feita pelo jornal entre o não trabalhar e a imoralidade. Desta maneira, seguia criticando as autoridades pela ineficiência no combate aos crimes efetuados por tais indivíduos.

²⁹ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira (1870-1920)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988, p.90.

³⁰ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 1, 02 de setembro de 1882.

³¹ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VII, n. 33, p. 1, 10 de novembro de 1883.

A *Tribuna do Povo*, jornal liberal que atuou na cidade entre os anos de 1881 e 1882³² e cujo proprietário era Alberto Besouchet, fez o mesmo clamor ao falar das obrigações da *Câmara Municipal*:

É da atribuição da câmara municipal providenciar de modo que se evite a divagação de loucos pelas ruas; que homens embriagados se ponham a fazer corridas a cavalo no centro da cidade; que vadios façam vozerias em horas de silêncio, mormente proferindo injúrias e obscenidades contra a moral pública.³³

As afirmações d'O *Arauto de Minas* e da *Tribuna do Povo* demonstram que, para além de uma simples reabilitação da imagem do trabalho, a vadiagem passou a ser tomada como algo perigoso, que feria os princípios morais e potencializaria a possibilidade de sujeição dos indivíduos ao crime. Obviamente, aqueles que estariam mais expostos aos “vícios” inerentes à vagabundagem seriam os membros das classes baixas, vistos, pelos olhos da elite, como delinquentes e arruaceiros.

Em estudo sobre a cidade de Campinas, Denise A. Soares de Moura explica que esta visão da elite provinha, em parte, da estranheza diante das práticas de trabalho, lazer e convívio social das camadas mais baixas, que ensejavam comportamentos muitas vezes vistos como exóticos, mas que nada mais era do que uma maneira muito própria de organizar o teor de suas vidas³⁴. Deste modo, a autora argumenta que a noção de vadiagem, componente desqualificador e definidor das camadas pobres da época, nomeava aspectos da pobreza: comportamentos, hábitos, escolhas, formas de divertir-se, morar, vestir e trabalhar.

Deste modo, no ano de 1887, segundo descrição de Liana Maria Reis³⁵, a *Postura de São João del-Rei*, no Título XI, artigo 24, definia em seus quatro primeiros parágrafos, como “ofensas aos bons costumes”, respectivamente: “negar-se absolutamente ao trabalho”, “vagar pelas ruas e estradas”, “viver vida desenvolta” e “deixar de dar educação moral e intelectual aos filhos e pupilos”³⁶. Segundo a autora, percebe-se que a ideologia do trabalho, o combate à vadiagem e o incentivo à instrução aparecem, no discurso oficial, como indispensáveis na formação do cidadão

³² Contrastando com a longevidade do conservador *O Arauto de Minas*, a cidade de São João del-Rei teve diversas folhas liberais que tiveram, em sua maioria, duração efêmera. Entre os anos de 1876 e 1889, existiram 8 periódicos que reivindicavam o título de Liberais: *São-Joanense*, 5 de Janeiro, *Situação*, *Tribuna do Povo*, *Luzzeiro*, *São João D'El-Rei*, *Opinião Liberal* e *A Verdade Política*. Destes, somente a *Tribuna do Povo* e *A Verdade Política* possuem um número razoável de edições conservadas para análise.

³³ *Tribuna do Povo*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 1, 09 de outubro de 1881.

³⁴ MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de publicações CMU/ Unicamp, 1998, p.159.

³⁵ REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*. Trabalho apresentado no II Colóquio Brasil-Portugal, Porto, 1995, p. 14.

³⁶ Postura da Câmara Municipal de São João del-Rei. Resolução nº 3413 de 30/07/1887. In: *Livro das Leis Mineiras*. Ouro Preto: Tup. De J. F. de Paulo Castro, 1887, p. 483, *apud* REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 14.

que se desejava criar: civilizado, disciplinado e amante do trabalho, pois não trabalhar constituía ofensa aos “bons costumes”.

Liana M. Reis diz, ainda, que na visão dos dirigentes imperiais havia uma nítida distinção entre as classes que compunham a sociedade: a dos brancos (“boa sociedade”) que possuíam propriedade e liberdade; e a do povo, ao lado dos escravos. Com base no trabalho de Ilmar Rohloff de Mattos³⁷, a autora segue dizendo que a “boa sociedade” constituía o “mundo do governo”, ou seja, era incumbida de ordenar o conjunto da sociedade, sendo composta pelos cidadãos ativos, proprietários de si e de outrem, representantes da sociedade política. Por outro lado, a plebe compunha-se de agregados ou moradores que viviam na posse de pequenos lotes de terras concedidas pelos grandes proprietários, de vadios, de pobres que viviam de caridade; enfim, indivíduos que constituíam potencialmente o mundo da desordem.³⁸

Segundo Ilmar Rohloff, essa população livre e pobre, que não pertencia nem ao “mundo do governo” nem ao “mundo do trabalho” (escravos), ocupavam as ruas da Corte e de outros núcleos urbanos do Império:

No entender de muitos dos componentes do mundo do governo, a desordem das ruas contrastava vivamente com a ordem da casa. Por meio dos vadios, indolentes e desordeiros, as ruas pareciam desferrar-se do menosprezo que as casas sempre lhes haviam votado, nelas escoando as águas de que se serviam e lançando os dejetos e restos de comidas, fazendo das calçadas picadeiros de lenha, as janelas servindo para os homens escarrarem na rua.³⁹

287

Nesse sentido, a *Gazeta Mineira* falava, em artigo de 05 de setembro de 1884, da importância de se combater as habitações insalubres, “antro de preguiça e de devassidão”:

Basta lançar-se um golpe de vista para nossas ruas, e ver-se como se acham sempre ocupadas as janelas de quanta casinha há por aí, para ver-se que a ociosidade e a prostituição ocupam os lugares que só devem ser acessíveis à economia doméstica.⁴⁰

Segundo o impresso, os grandes inimigos da economia doméstica, da moral e do trabalho acham-se nesses receptáculos constantes da ociosidade e prostituição feminina, asilo de vagabundos, bêbados e gatunos. “A uma polícia séria e severa não escapariam por certo os meios de pôr cabo a um semelhante estado de coisas”⁴¹.

³⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

³⁸ REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 09-10. Os escravos, por outro lado, compunham o “mundo do trabalho”. Para mais detalhes desta divisão “mundo do governo”, “mundo da desordem” e “mundo do trabalho” ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*.

³⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema...*, p. 115-116.

⁴⁰ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 46, p. 2, 05 de setembro de 1884.

⁴¹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 46, p. 2, 05 de setembro de 1884.

O liberal *A Verdade Política*, redigido por Carlos Sanzio, no entanto, ao falar do uso do recrutamento militar como forma de enfrentar o problema da ociosidade, criticou as injustiças que poderiam fazer por tais meios:

Nem se diga, (e dizem os falhos de bom senso, de sentimento de justiça e de coração) que o recrutamento é medida necessária para compelir o vadio ao trabalho e expurgar a sociedade de vagabundos.

Para isso façam-se leis que punam os verdadeiros ociosos e vagabundos, sem excetuar os que usam gravatas e calçam botinas: leis que perseguindo a vadiagem, garantam ao mesmo tempo ao cidadão por fraco, por pobre, por descalço que seja das prepotências dos *mandões*.⁴²

Para esta folha liberal, a vadiagem não estava apenas entre os pobres, por isso, apenas uma legislação rigorosa poderia punir os ociosos sem que se cometessem injustiças. Devemos destacar, no entanto, que o artigo em questão era uma crítica ao “gabinete 10 de Março”. O jornal se perguntava como, após terem aprovado uma lei tão gloriosa como a de 13 de maio, poderia o referido Ministério querer desenterrar uma lei como a do recrutamento, contrária a liberdade individual, “uma das mais belas garantias do cidadão”⁴³. Assim, o texto acima deve ser entendido mais como uma tentativa d’*A Verdade Política* atacar a imagem de libertador atribuída ao “gabinete 10 de março”, após a abolição, do que como uma iniciativa de protesto do impresso contra as iniquidades cometidas no combate à ociosidade.

288

Todos os impressos concordavam, portanto, que a vadiagem era um mal inerente ao nacional e que esta deveria ser combatida pelas autoridades através da legislação ou de incentivos que levassem os vadios ao trabalho. A abolição da escravidão, todavia, dilatou os temores das elites, apontando os negros libertos, longe de seus senhores, como vadios em potenciais, e conseqüentemente, ameaças para a sociedade.

A abolição da escravidão e a ameaça negra

O fim da escravidão apresentava para as elites um problema a ser resolvido, a inserção de um grande número de desocupados na sociedade livre. A elite imperial acreditava que, após a abolição, os ex-escravos não se importariam em procurar trabalho, aumentariam o número de ociosos do país e, conseqüentemente, proveriam suas necessidades através de assaltos e rapinagens às propriedades privadas.

Como afirma Chalhoub, com a libertação dos cativos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento de força de trabalho aos seus empreendimentos econômicos por meio da propriedade de trabalhadores escravos. O problema que se apresenta, então, é de que o

⁴² *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 7, p. 1, 01 de novembro de 1888.

⁴³ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 7, p. 1, 01 de novembro de 1888.

liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Tomava-se como ponto de partida o suposto de que todos os libertos eram ociosos, o que visava garantir, de início, o direito da sociedade civilizada em emendá-los.⁴⁴ O autor mostra que, no parlamento, a lei de 13 de maio era percebida como uma ameaça à ordem porque nivelava todas as classes de um dia para o outro, provocando um deslocamento de profissões e de hábitos de consequências imprevisíveis.⁴⁵

Por outro lado, Naxara diz que a superação da escravidão implicava a substituição completa do trabalhador. Isto porque o escravo, da forma como era visto e na situação em que se encontrava, não correspondia ao ideal do trabalhador livre e não tinha condições para preencher o espaço que viria a se abrir com a abolição – faltavam-no requisitos básicos: mentalidade e preparo para o exercício do trabalho livre e da cidadania.⁴⁶

Tal imagem pode ser percebida nas ideias do viajante francês Louis Couty, em seu relato sobre o Império do Brasil em 1884, onde afirmava que o negro era incapaz de produzir em um regime de trabalho livre:

[...] o africano liberto poderá tornar-se empreiteiro, carregador ou artesão razoável; mas, em nenhuma parte, em nenhum tempo, em nenhum lugar, ele foi um trabalhador agrícola sério, persistente, útil, capaz de se dirigir, de produzir e de economizar.⁴⁷

289

O grande problema tanto dos negros libertos como dos caboclos, segundo Couty, era que eles não tinham necessidades. Sobre os nacionais, dizia que milhares ocupam os campos de São Paulo, de Minas, do Rio de Janeiro e, no entanto, todas as exportações úteis são fornecidas por bandos de escravos, menos numerosos, obrigados a trabalhar: “os melhores camponeses, os mestiços índios, não se sujeitam aos trabalhos prolongados. Trabalham 15 a 20 dias, depois desaparecem”⁴⁸. Com relação aos negros, dizia que o contato com a civilização causava efeitos inversos aos que se esperavam: “Todos os grandes proprietários sabem que as revoltas são quase sempre provocadas pelos escravos mais bem tratados; e uma vez libertos, os negros tornam-se os patrões ou os vizinhos mais cruéis para os seus irmãos servos ainda”⁴⁹.

Para o viajante, apenas a substituição do trabalhador escravo pelo imigrante estrangeiro poderia mudar a situação do país, visto que este era “melhor e mais econômico” que os negros. Deste modo, defendia o fim da escravidão, por considerá-la prejudicial, mas recusava qualquer

⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim...*, p. 69.

⁴⁵ _____. *Trabalho, Lar e Botequim...*, p. 69.

⁴⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 50.

⁴⁷ COUTY, Louis. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1984, p. 195.

⁴⁸ _____. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*, p. 201.

⁴⁹ _____. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*, p. 201.

proposta de inserção dos nacionais e dos negros libertos no mercado de trabalho livre, pois estes não conseguiriam seguir um regime de trabalho diário sem a coerção.

A citação da obra de Louis Couty é interessante, na medida em que ela pode ser tomada como um exemplo, dentre os vários possíveis, das representações que colocavam negros e trabalho livre como dois elementos irreconciliáveis. A incapacidade dos libertos em se adequar derivavam de seus vícios, de seu ócio, e de sua propensão ao crime, inerentes à própria raça. Tal imagem foi comum entre os impressos de São João del-Rei, constituindo uma das grandes preocupações da elite com relação ao fim da escravidão.

O *Arauto de Minas* constantemente fez uso da ideia de ameaça dos negros, argumentando que os abolicionistas eram os instigadores dos instintos ferozes de uma “raça embrutecida”. De fato, é na década de 1880 que aparecem com maior frequência nos periódicos as notícias de crimes de escravos, apresentando a população negra como propensa a transgressões como assassinatos e roubos.

Tais crimes cometidos por escravos eram expostos nos periódicos de forma a parecerem ridículos, mostrando os negros como indivíduos que poderiam praticar os atos mais hediondos, pelos motivos mais insignificantes. É o caso de uma notificação de homicídio, onde um escravo aprisionado teria matado o seu companheiro de cela para se tornar galé e não ter que voltar a servir ao seu senhor. O texto era concluído com a frase: “O nhônô Nabuco, chefe dos abolicionistas, não nos dirá que pena deve o júri aplicar a este galé espontâneo?”⁵⁰.

Assim, uma das preocupações do periódico conservador era com os resultados catastróficos que a abolição imediata poderia trazer. Falava-se n’O *Arauto de Minas* que “nas estradas bandos de libertos pela lei liberal assaltarão o viandante e levarão a desolação e o luto ao seio das famílias”⁵¹. Na edição de 27 de setembro de 1884, o jornal transcreveu um artigo do *Diário do Brasil*, órgão liberal na Corte, intitulado “Abolição contra abolição”. Neste, ficava evidente a preocupação com as forças policiais após a abolição, resumida pela interrogação: “Onde há força que possa conter um milhão de escravos entregues ao roubo e ao assalto em plena estrada?”⁵².

Apesar da relação entre escravos e perigo de desordem também ter sido mobilizada pelos abolicionistas, como demonstra Célia Maria Marinho de Azevedo ao afirmar que vários discursos em defesa do fim do trabalho servil estavam ligados à ideia de que a escravidão

⁵⁰ O *Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano V, n. 18, p. 2, 14 de julho de 1881.

⁵¹ O *Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano V, n. 32, p. 1, 22 de outubro de 1881.

⁵² O *Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VIII, n. 22, p. 2, 27 de setembro de 1884.

transformava os negros em ameaças potenciais⁵³, nos impressos de São João del-Rei esse tipo de argumento foi constantemente utilizado para questionar a abolição e criticar o abolicionismo.

Nesse sentido, a *Gazeta Mineira*, em 10 de dezembro de 1884, dizia que: “O Governo quer abolir a instituição servil por ódio a esta e não por amor do escravo, a quem irão condenar à fome ou à cadeia”⁵⁴. O impresso, portanto, reproduz a ideia de que o liberto, longe da tutela do seu senhor, não trabalharia e, por isso, seria condenado à miséria ou se entregaria ao crime. Assim, o jornal, que era emancipacionista, expunha o seu temor diante de uma abolição do trabalho forçado “sem transição nem preparo”.

O republicano *A Pátria Mineira*, redigido por Altivo e Sebastião Sette entre 1889 à 1894, por sua vez, publicou em 30 de maio de 1889 a descrição feita pelo fazendeiro Sr. Silvio Paiva ao seu irmão fazendeiro sobre o estado da lavoura em Cachoeira do Funil, local onde residia o primeiro. Em uma longa lamentação sobre a crise que tomara a lavoura após a libertação dos escravos pelo Império, o fazendeiro dizia: “O governo faz festas, os libertos bebem e dançam, e viva o folia! Se a velhice não me tolhesse, fazia como eles, dançava e cantava”⁵⁵. Para além da clara ironia presente na citação, o texto em pauta constituía um protesto onde os fazendeiros eram representados como verdadeiros trabalhadores, enquanto os libertos, indivíduos sem interesse pelo trabalho honesto e digno e, por isso, injustamente tirados de seus senhores. Desta maneira, o escrito era finalizado da seguinte forma:

Os tempos estão para isso. De que serve trabalhar, amotinar-se, sofrer privações, se o governo de repente nos tira tudo por um decreto!... Toca a folgar que a vida é curta, e quando a fome vier, tanto sofre quem folga como quem trabalha.⁵⁶

Fica evidente que os homens considerados verdadeiramente laboriosos eram os proprietários, que, no entanto, sofriam com um Império que não valorizava os princípios virtuosos do trabalho, ao contrário, incentivava a ociosidade. Assim, o texto representava o desalento dos fazendeiros, que, ao sentirem-se prejudicados, se entregariam ao desânimo, manifestado pela expressão “toca a folgar”.

⁵³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada* (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 45-51. A autora analisa as diferenças entre os tons do discurso abolicionista nos Estados Unidos e no Brasil. Para Azevedo, a linguagem do abolicionismo americano assume o tom de quem fala de fora e de longe sobre uma realidade vergonhosa. “Lá longe havia o sul, onde os escravos carregavam uma cruz insuportável por imposição de senhores cruéis, os maiores dentre todos os pecadores” (p. 50). Os escravos, as vítimas, eram os irmãos a serem redimidos. No Brasil, o tom era bem distinto, pois se tratava de uma voz de dentro, onde não só se via, mas sentia o espetáculo diário da escravidão, os escravos sendo vitimados pelos senhores, os quais, por culpa de sua própria imprevidência, terminaram sendo as maiores vítimas. “Os pobres escravos, as vítimas, têm também o poder de contaminar e destruir a sociedade como um todo. O tom discursivo é um misto de medo e compaixão; a palavra ‘irmão’ não sai tão facilmente quando se fala de dentro da escravidão” (p. 51).

⁵⁴ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 69, p. 3, 10 de dezembro de 1884.

⁵⁵ *A Pátria Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 3, p. 4, 30 de maio de 1889.

⁵⁶ *A Pátria Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 3, p. 4, 30 de maio de 1889.

O cenário de desordem e inversão de papéis do pós-escravidão continuava na mesma edição do periódico, logo em seguida ao texto supracitado, onde o jornal dizia que o Império fazia uso de libertos para atacar os republicanos. O artigo expunha diversas ocorrências de desordens, que, para *A Pátria Mineira*, teriam o apoio do próprio governo:

O país sabe bem dos meios que o governo de sua majestade tem se servido para impedir a propaganda republicana lançando mão de uma guarda negra na capital do Império; a atitude que tem tomado os libertos em Santo Antônio de [ilegível], os conflitos em São José de Além Paraíba e Valença, as ocorrências que se deram em Laje de Muriaé, provocadas pela polícia apoiando os libertos, as fanfarronadas de JOÃO DE CALAES, no Jaquary, com o da [ilegível], e ultimamente o espetáculo em São João del-Rei, representado pelas influências conservadoras, estão patentes, e entretanto a fala do trono diz – o País goza da tranqüilidade!⁵⁷

O jornal seguia dizendo que o regime monárquico, servindo destas armas, “provoca a guerra das raças e abrevia a revolução”⁵⁸.

Os dois textos d’*A Pátria Mineira*, além de deixarem claras as representações que a elite fazia dos negros, evidenciam a estratégia discursiva do impresso republicano no combate à monarquia. A intenção é mostrar uma inversão de situações que teria sido patrocinada pelo regime monárquico. Por um lado, a já supracitada ideia de que a libertação dos escravos seria um incentivo aos negros ociosos contra os homens verdadeiramente laboriosos. Por outro, a imagem de uma instabilidade pública, expressa por ocorrências de insubordinações de libertos, apoiadas pelas autoridades, colocando em risco a segurança da elite e a liberdade de expressão, no caso, dos republicanos. Ambas, no entanto, transparecem a ideia que a alta sociedade fazia dos negros: vadios, insubordinados, entregues à farra e festas, não se preocupando com o trabalho honesto.

Apesar destas visões negativas, *A Verdade Política*, que, como comentamos acima, já havia criticado as injustiças cometidas no combate à vadiagem, questionou os argumentos dos “descontentes, outrora escravocratas,” com a lei de 13 de maio. Segundo o impresso liberal, acusavam “a desorganização da lavoura pela carência de braços, porquanto os que nela até então se empregavam, diziam eles, abandonavam e iam servir a causa da vagabundagem, do roubo e do assassinio pelas estradas”⁵⁹. No entanto, o jornal afirmava que:

Cerca de sete meses, porém, são passados e não é isso o que se tem observado; os escravizados mantêm-se no serviço, muito embora não seja nas mesmas fazendas, onde não se podiam conservar, porque ou os maus tratos de outro tempo ou os hábitos de respeito para com os seus antigos senhores, eram empecilho a sua liberdade e contrariavam-nos.⁶⁰

⁵⁷ *A Pátria Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 3, p. 4, 30 de maio de 1889.

⁵⁸ *A Pátria Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 3, p. 4, 30 de maio de 1889.

⁵⁹ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 12, p. 1, 06 de dezembro de 1888.

⁶⁰ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 12, p. 1, 06 de dezembro de 1888.

O órgão do partido liberal prosseguia afirmando os benefícios do fim da escravidão como uma medida de “alto alcance econômico, que deu sempre aos países civilizados os melhores resultados”. Entretanto, até novembro daquele mesmo ano, o impresso fez críticas à abolição realizada pelos conservadores, chegando a falar do abandono dos fazendeiros pelo Estado.

Se nesse momento, *A Verdade Política* fugia à regra demonstrando uma situação inversa ao que se pensava, é certo, porém, que o impresso confirmava a tendência à descaracterização do negro em um regime livre, ao citar as preocupações que tinham os proprietários diante da possibilidade dos negros libertos se entregarem a vadiagem e ao banditismo. Percebemos, portanto, que nacionais e negros apareciam nos discursos da imprensa, quase sempre, como incapazes de serem inseridos em um mercado de trabalho remunerado, chegando, no caso dos negros, a representarem uma preocupação para a segurança das camadas mais altas da sociedade.

Todavia, isto não significa dizer que não houvesse propostas para mudar a pressuposta índole dos trabalhadores nacionais e dos libertos. Dentre tais projetos, a educação técnica destes trabalhadores pode ser considerada a mais importante, sobretudo nas páginas da *Gazeta Mineira*, e é sobre tal assunto que nos ateremos a seguir.

Educar para moralizar: educação e trabalho nas páginas da imprensa

Liana M. Reis, ao analisar os *Relatórios dos Presidentes das Províncias* e as *Posturas Municipais de Minas Gerais*, afirma que fica evidente a preocupação das autoridades provinciais e municipais em garantir a tranqüilidade pública. “Significava dizer que era preciso disciplinar a malta urbana, criando mecanismos capazes de integrar os vadios ao “mundo do trabalho”, tais como a educação, a religião e o respeito e obediência às leis”⁶¹.

A autora destaca ainda que, na visão das elites, o progresso econômico só seria possível com uma mão-de-obra preparada e enquadrada aos ditames do trabalho livre, e educada moral, religiosa e intelectualmente. Essa ideologia, intimamente ligada ao poder público, visava romper com a identificação do trabalho como coisa de escravo, criando uma nova mentalidade, na qual o trabalho seria percebido como virtude, sinal de bons costumes, de civilidade e de progresso.

Também Fábio Castilho, estudando a transição para o trabalho livre no sul de Minas, percebeu a importância da educação, sobretudo no que tange ao aproveitamento do nacional. Segundo o autor, duas questões que preocupavam a elite desta região eram as necessidades de

⁶¹ REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 11.

educar a população, a fim de formar cidadãos regrados, e de realizar uma reforma criminal para impedir a ociosidade e punir os vadios, vagabundos e turbulentos.⁶²

Sidney Chalhoub, igualmente, fala da importância que a educação adquire nos discursos dos parlamentares da Câmara dos Deputados do Império. Considerava-se que a transformação do liberto em trabalhador não podia se dar apenas através da repressão, da violência explícita. Assim, apresentava-se a necessidade de educar os libertos, o que significava incutir nos indivíduos as qualidades que o tornam um “cidadão útil” e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos. “Para o liberto, tornar-se cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir”⁶³. Portanto, educar o liberto significava transmitir a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida civilizada.

Na cidade de São João del-Rei, as elites também se preocuparam com a educação tanto do liberto como do nacional livre. A imprensa da cidade, principalmente a *Gazeta Mineira*, colocava em suas páginas projetos que apontavam a educação como principal alternativa no combate à vadiagem, ao lado de uma legislação que reprimisse, através de punições, os hábitos da parcela da sociedade considerada ociosa.

Essa preocupação com a educação aparecia também na Postura Municipal de São João del-Rei de 30 de julho de 1887, conforme cita Liana M. Reis.⁶⁴ Ficava estabelecida a obrigatoriedade de os pais de família e tutores matricularem os filhos e tutelados nas escolas públicas ou subvencionadas do município, cabendo às câmaras ordenar os fiscais a fazer listagens anuais de meninos de ambos os sexos, órfãos de pais e mães pobres que não estivessem aprendendo a ler. Segundo a autora, o objetivo era profissionalizar a mão de obra dos menores, como reivindicavam os agricultores mineiros da Zona da Mata, e prepará-la para suprir as demandas do mercado de trabalho livre. “Entretanto, ao que tudo indica, essas tentativas, em grande parte, foram frustradas devido à falta de verbas públicas”⁶⁵.

O *Arauto de Minas*, em 02 de setembro de 1882, preocupado com os efeitos da Lei do Ventre Livre, proclamava que o Brasil deveria cuidar tanto em manter os libertos no trabalho, quanto em melhorar a sorte dos emancipados. Prosseguia afirmando que a fundação de escolas seria um dos grandes meios para manter o liberto agregado à habitação do ex-senhor:

⁶² CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Entre a locomotiva e o fiel da balança...*, p. 139.

⁶³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim...*, p. 69.

⁶⁴ REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 15.

⁶⁵ _____. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 15.

Elevando-lhe o nível intelectual e moral pela educação civil, religiosa e profissional; esclarecendo-o sobre a consciência de sua dignidade e sobre o seu valor moral no grêmio da família e da sociedade, tereis no liberto, transformado pela instrução, um inapreciável auxiliar ao braço do emigrante para o trabalho de arroteação, cultura agrícola e das oficinas industriais.⁶⁶

O órgão do partido conservador, apesar de manter sua preferência pelo braço imigrante, viabiliza a utilização do trabalho do liberto, desde que este se transforme através da educação. Tal perspectiva pode ser entendida a partir das representações do negro como indolente, vadio e imoral. Somente a inculcação de princípios valorizados pela elite poderia eliminar estas características negativas, transformando o liberto em um trabalhador passível de ser aproveitado pelo proprietário, mesmo que como auxiliar da força de trabalho imigrante.

O impresso também expunha a imagem de uma escravidão paternalista no Brasil. Depois de educados, os libertos não resistiriam ao trabalho de seu antigo senhor, pois, no país, o trato do proprietário aos seus escravos era brando, se comparado a outros países, e o liberto se afeiçoara ao lar onde encontrara “paternal trabalho”:

Há, pois, aqui como razão de menos para o absenteísmo e para sua fixação nos estabelecimentos agrícolas, a amenidade de trato do brasileiro e o afeto que, por haver experimentado os efeitos dele, lhe consagrara o liberto.⁶⁷

Do lado liberal, Alex L. Amaral cita uma afirmação da *Tribuna do Povo*, onde o periódico elogiava os Estados Unidos pela educação conferida aos negros libertos. O artigo, segundo Amaral, intitulava-se “Educação dos Negros” e dizia o seguinte:

Nos EUA, quando rebentou a guerra, que pôs termo à escravidão, somente 9.000 negros sabiam ler, no entanto que hoje, diz Hippeao, cerca de 300.000 tem recebido educação. [...] Um paralelo com as coisas de cá, fica agente pensando na.... Beócia! [...] Contanto que os deputados recebam o subsídio, os senadores usem fardas bordadas, os ministros andem com ordenanças, tudo vai bem!⁶⁸

A citação acima sugere que também o impresso liberal acreditava na importância da educação dos negros libertos. Ainda que a imagem apresentada da escravidão nos EUA seja idílica, como afirma Amaral, é importante notar que a questão da educação dos alforriados foi elemento de discussão entre os redatores deste jornal.

No entanto, nenhum dos jornais estudados nesta pesquisa preocupou-se tanto com a questão da educação, principalmente com a educação técnica, como a *Gazeta Mineira*. Para o periódico, “Mede-se o grau de civilização e progresso de um país pelo estado de adiantamento

⁶⁶ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 1, 02 de setembro de 1882.

⁶⁷ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 2, 02 de setembro de 1882.

⁶⁸ *Tribuna do Povo*, São João del-Rei, ano II, n. 6, 16 de junho de 1882, *apud* AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, p. 114.

intelectual de seu povo”⁶⁹. Segundo o impresso, o homem em geral seria dotado de “maus instintos” e, se considerado em seu “estado bruto”, mais difícil de ser domado do que “as próprias feras bravias”. Somente através da instrução seria possível corrigir essa “tendência pronunciadíssima ao mal”. Deste modo, o jornal acreditava que na instrução popular se encontrava a base primordial para o engrandecimento do Brasil:

Além de elevar-se o senso moral dos indivíduos, dando-lhes noção exata do justo e do injusto, tornar-se-os-há aptos para bem compreenderem os direitos e deveres que lhes assistem, como membros de uma comunidade social civilizada.⁷⁰

Portanto, a *Gazeta Mineira* defendia que o desenvolvimento material e o progresso seriam conseqüências lógicas da educação e, por isso, chamava a atenção para a difusão do ensino através de escolas públicas e da obrigatoriedade do ensino primário.

Tal perspectiva estava de acordo com a “Falla” do então presidente da Província de Minas Gerais, Antonio Gonçalves Chaves (1840-1911), em 02 de agosto de 1883, onde se tratava da importância da educação pública:

À instrução popular está preso indissolavelmente o futuro político e econômico do país. É condição fundamental da liberdade, uma garantia social, o mais poderoso agente sociológico. Nenhuma reforma, porém, entre nós, será profícua sem que se atenda, principalmente, à constituição do magistério e ao alargamento do ensino obrigatório.⁷¹

296

Em 14 de fevereiro de 1884, a *Gazeta Mineira* publicou um artigo intitulado “Educação dos ingênuos”, onde falava da necessidade de transformar essas “máquinas automáticas” em cidadãos conscientes de seus deveres e direitos, dando-lhes, pela instrução, “a consciência do seu eu”, e através dela “despertando-lhes o amor ao trabalho e o respeito às leis”⁷².

“Amor ao trabalho” e “respeito às leis” contrastam com as representações que a elite tinha dos negros libertos. Deste modo, educá-los significava evitar que caíssem na ociosidade ou se entregassem ao banditismo, ou seja, funcionaria como uma forma de controle social. Segundo o impresso, caso não se procedesse da forma apresentada por ele, o Brasil passaria por horrorosas convulsões e seria inundado por “sangue e calamidades”. Curiosamente, umas destas calamidades seria o país ser absorvido pelo “socialismo, que, na velha Europa, corrói o organismo social”⁷³.

⁶⁹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 24, p. 1, 10 de maio de 1884.

⁷⁰ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 24, p. 1, 10 de maio de 1884.

⁷¹ FALLA que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.^a sessão da 24.^a legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto: Tipographia do Liberal Mineiro, 1883, p. 10.

⁷² *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 10, p. 2, 14 de fevereiro de 1884.

⁷³ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 24, p. 2, 14 de fevereiro de 1884.

Deste modo, o impresso considerava que o ensino técnico seria uma importante arma de combate à vadiagem, pois significava o “mais eficaz dos instrumentos da produção, trazendo pelo trabalho o progresso das profissões, o aumento da produção e o conforto material, essas bases do progresso intelectual e da elevação moral de um povo”⁷⁴.

O trabalho é, portanto, mais do que instrumento de ganhos materiais, é moralizador e civilizador, na medida em que torna os indivíduos em “úteis a si mesmos e à sociedade”. Por conta disto, o periódico insistia na reprodução de instituições voltadas para este tipo de ensino, e clamava para que estas pudessem ser oferecidas para toda a população, que devolveriam o dinheiro gasto pelo Estado nos estabelecimentos de educação com “seu trabalho de aprendizes”.

Assim, o problema de mão-de-obra e do desenvolvimento industrial no Brasil, segundo a *Gazeta Mineira*, passava diretamente pela questão da educação da população, incluindo os pobres e libertos. Deste modo, o periódico concluiu que: “Para o bom aproveitamento, em bem próprio e da sociedade, da grande força popular mal dirigida e mal aproveitada, entre nós achamos que há muito ainda que fazer nesse sentido”⁷⁵.

Portanto, ainda que as representações expostas nos periódicos analisados caminhavam para a tendência geral de imputar aos nacionais livres e pobres e aos negros os atributos de ociosidade e criminalidade, havia a possibilidade de moralizá-los através da educação e com isso torná-los bons trabalhadores. Entretanto, a perspectiva de inserção dos imigrantes de origem européia no Brasil deixou transparecer, nos discursos sobre a mão-de-obra nos jornais, um tipo de representação que contrastava com aquela que se tinha da população pobre, dos negros e libertos: a imagem do imigrante como trabalhador ideal e símbolo de disciplina e labor.

O modelo de imigrante desejado

Segundo Márcia Regina Capelari Naxara, no pensamento da elite de finais do século XIX, o progresso deveria estar em primeiro plano nas iniciativas de substituição da mão-de-obra e, supostamente, o imigrante estava mais próximo deste progresso, na medida em que, de acordo com o imaginário existente ao seu respeito, ele já viria disciplinado. “A população nacional só a muito custo, através da educação, que introjetaria os princípios da disciplina; e da repressão até que a disciplina fosse alcançada, poderia, um dia, talvez caminhar a seu lado”⁷⁶.

Naxara afirma também que havia todo um imaginário que transformava o imigrante no trabalhador ideal. Deste modo, a importação de europeus tornou-se pauta importante nas

⁷⁴ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 45, p. 1, 01 de setembro de 1884.

⁷⁵ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 45, p. 1, 01 de setembro de 1884.

⁷⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 60.

discussões a partir da construção mítica de um determinado trabalhador imigrante que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada, todas as qualidades do bom trabalhador – sóbrio e morigerado. “Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupador, ambicioso...”⁷⁷. No extremo oposto desse imaginário estava o brasileiro: vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. “Foi, portanto, da depreciação do brasileiro como tipo social que emergiu a valorização do imigrante”⁷⁸.

O imigrante europeu também foi representado como trabalhador ideal nos discursos da imprensa da cidade de São João del-Rei. No entanto, havia a preferência por trabalhadores rurais, e, como era divulgado no “Extrato do Relatório do Sr. Hugo A. Gruber” à diretoria da *Sociedade Central de Imigração* e publicado na *Gazeta Mineira* em 05 de novembro de 1884, deveriam ser transportados e admitidos “somente indivíduos que se recomendem por sua moralidade e amor ao trabalho e que se achem em boas condições de saúde”⁷⁹. O relatório também falava que dever-se-ia preferir os que possuíssem algum capital, “mas também ao remediado e até ao pobre (não Pauper) deve a sociedade facultar os meios para a vinda e o estabelecimento no Brasil”⁸⁰.

Antes disso, em 28 de janeiro de 1884, a *Gazeta Mineira* já havia chamado a atenção para a importância de oferecer propriedades aos imigrantes, visto que “Conseguir fazer emigrar, em busca de simples salário, para alugar o braço e a inteligência é difícil, a menos que contentemo-nos apenas com alguns pouco milhares de homens, gota insignificante no mar de nossas necessidades”⁸¹.

Também existia a preocupação de que, caso se oferecessem apenas salários irrisórios, os imigrantes não seriam retirados das “classes educadas no trabalho”, mas proveriam da “vagabundagem das cidades”, onde eram recrutados por agentes pouco escrupulosos. “São do número dos que se acostumaram a viver aos dias, e que constituem um elemento deletério da ordem e da propriedade”⁸².

Segundo Giralda Seyferth, esse tipo de preferência demonstra que existia também uma espécie de hierarquização do europeu que, no entanto, não obedecia a critérios de natureza racial, já que todos eram brancos. Assim, empenhados na imigração destinada a projetos agrícolas, interessavam-se principalmente pelos camponeses e artesãos. “De modo geral, sendo todos

⁷⁷ _____. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 63.

⁷⁸ _____. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 63.

⁷⁹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 61, p. 3, 05 de novembro de 1884.

⁸⁰ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 24, p. 3, 05 de novembro de 1884.

⁸¹ *Gazeta Mineira*. São João del-Rei, ano I, n. 6, p. 1, 28 de janeiro de 1884.

⁸² *Gazeta Mineira*. São João del-Rei, ano I, n. 6, p. 1, 28 de janeiro de 1884.

brancos europeus, a forma de desqualificação opera com critérios que remetem à posição de classe, como pode ser visto também em relatórios de diretores de colônias⁸³. Com isso, o termo usado para desqualificar era “escória” e os agenciadores eram acusados de trazer da Europa aventureiros, lumpen e comunistas, ao invés de camponeses morigerados.⁸⁴

Entretanto, a tendência predominante foi a de apontar as vantagens e qualidades do europeu, principalmente se comparado com o nacional. *A Verdade Política*, por exemplo, em 30 de abril de 1889, ao falar dos imigrantes da colônia de São João del-Rei, referia-se a sua índole ordeira e pacífica, “como não a tem os nossos próprios patrícios”⁸⁵.

O periódico liberal também valorizava os atributos obreiros dos imigrantes, retomando a ideia de progresso que seria inerente aos europeus:

Obras de arte, oficinas de ferreiro e de marceneiro e ultimamente a construção das casas, que parecem se erguer do solo por mágico poder e que entretanto só se levantam por esforço inteligente e ativo de braço humano, são belos atestados do seu amor ao trabalho e os anteseñanos do vasto progresso que há de se apresentar em pouco a colônia Bologna-Ferrara.⁸⁶ (grifo nosso)

No entanto, o mesmo artigo comprova que havia certos receios com relação ao imigrante, já que o periódico fazia um apelo para que se “esqueçam todos os preconceitos contra o estrangeiro e não o queira julgar toda uma nacionalidade por um ou alguns indivíduos”⁸⁷. Buscando justificar o seu argumento, o impresso dizia que os imigrantes italianos afixados na cidade, apesar de sofrerem diversas privações, tendo de viver em um ambiente de promiscuidade e miséria, longe da polícia, regendo-se pela própria vontade, não causavam nem um tipo de tumulto. Significativa é a afirmação que se segue: “De brasileiros obter-se-ia esse resultado? Confessemos que não”.

A oposição imigrante x nacional é, portanto, evidente no discurso do impresso. Mesmo que se tenha em mente um tipo ideal de imigrante, camponês e artesão, a sua superioridade moral em relação ao brasileiro é incontestável. Por isso, para que o Brasil desfrutasse dos benefícios que provinham da imigração, era necessário que a população nacional se unisse aos estrangeiros “como irmãos, como fatores comuns de progredimento nacional mutilando totalmente qualquer força de repulsão que de um lado ou de outro sem razão cabal os separe”⁸⁸.

⁸³ SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 47.

⁸⁴ _____. Construindo a Nação..., p. 47.

⁸⁵ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 3, 30 de abril de 1889.

⁸⁶ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 3, 30 de abril de 1889.

⁸⁷ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 3, 30 de abril de 1889.

⁸⁸ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 3, 30 de abril de 1889.

Em 18 de novembro de 1880, o periódico conservador *O Arauto de Minas*, falando sobre a índole dos trabalhadores portugueses da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), dizia que, nos dois meses em que havia se iniciado os trabalhos da estrada de ferro, não houve uma rixa entre os trabalhadores, nem sequer por embriaguez: “Isto muito abona aos trabalhadores portugueses, que primam especialmente pelo amor ao trabalho, que os engrandece [...]”⁸⁹.

Na seqüência do artigo, o impresso falava que tais estrangeiros traziam, “com seus braços de ferro”, este “grande melhoramento”. Por outro lado, falava que os “chins”, em ato de vandalismo, “arrancaram os trilhos da sua primeira estrada”. Assim, o impresso concluía dizendo que “só tivemos em vista pugnar em prol dos estrangeiros que tem por maior defeito o amor ao trabalho e por inimigos homens a quem o ócio torna entes inúteis na sociedade”⁹⁰.

Mesmo que o artigo acima tivesse um lado político, já que o impresso conservador acusava os liberais de perseguirem injustificadamente os trabalhadores portugueses, podemos perceber uma representação comum nos discursos relacionados ao europeu: a ideia de disciplina e amor ao trabalho inerente a este tipo de estrangeiro. No entanto, ainda que discretamente, fica evidente a imagem dos chineses como vândalos e atrasados, avessos ao progresso que tanto se buscava para o país em fins do século XIX.

Segundo Fábio Nelson Guimarães, *O Arauto de Minas*, em 31 de janeiro de 1889, relatava que Giuseppe Fantoni e José Antônio (sic), estabelecidos na fazenda do Brumado, distrito sanjoanense de Caburu, distinguiam-se “por serem muito trabalhadores, como muito morigerados e religiosos, o que é muito bom”⁹¹.

A superioridade do trabalho do imigrante em relação ao do nacional também aparece no folheto de propaganda da hospedaria de imigrantes da cidade, escrito por Severiano de Rezende, redator do *O Arauto de Minas*. O texto cita as palavras do fazendeiro Sr. Joaquim Dias Ferraz, publicadas no *Liberal Mineiro*, periódico de Ouro Preto:

Trouxe de Juiz de Fora para minha fazenda 24 imigrantes do norte da Itália, os quais trabalham de modo admirável e satisfatório. Estou contentíssimo com eles. São homens que trabalham por três dos nossos. [...] É tal o meu entusiasmo pelo serviço desses homens, que ainda desejo mais cem deles!! Os nossos colegas da lavoura façam

⁸⁹ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 3, 18 de novembro de 1880. Destacamos que o artigo em questão era uma defesa feita pelo *O Arauto de Minas* aos trabalhadores portugueses, em virtude da acusação de insubordinação dos mesmos pela polícia da cidade.

⁹⁰ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 3, 18 de novembro de 1880.

⁹¹ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano XII, 31 de janeiro de 1889, *apud* GUIMARÃES, Fábio Nelson. *Imigração de colonos italianos em São João del-Rei*, Vertentes: (Série 1). São João del-Rei: Assunção, 1989, p. 59.

aquisição de tais trabalhadores, e assim terão experimentalmente a prova do que afirmo.⁹² (grifo nosso)

Portanto, a imagem que se tinha e se divulgava nos periódicos com relação ao imigrante europeu era a de redentor do trabalho no país. Havia, obviamente, alguns receios e dúvidas, expressos pela preferência em um determinado tipo de imigrante. Entretanto, isto não foi suficiente para se sobrepor ao grande otimismo com relação à imigração, prevalecendo as imagens dos imigrantes como laboriosos, disciplinados, ordeiros e pacíficos.

Considerações finais

Percebemos, ao longo deste artigo, que a discussão em torno do fim da escravidão no Brasil trouxe consigo diversas representações que imputavam a negros e nacionais livres a condição de vadios, enquanto idealizavam imigrantes. A análise particular da cidade de São João del-Rei nos permitiu visualizar com maior clareza tais representações, que não se restringiam à elite da cidade, mas que estavam em voga por todo o Império nesse período. Isto porque, os grandes fazendeiros e proprietários, deste momento histórico, estavam preocupados com a organização da produção após a libertação dos cativos.

Utilizando as ideias do historiador Roger Chartier⁹³, podemos perceber que as representações da mão-de-obra no Brasil, durante a crise do escravismo, comandavam atos e práticas, visto que, as imagens que se tinham de determinados grupos sociais definiram aqueles indivíduos que deveriam ser aproveitados e aqueles que deveriam ser excluídos do processo produtivo. A imigração que foi direcionada para o país, e para a cidade de São João del-Rei em 1888, foi o exemplo mais claro de como a elite imperial transitou “entre práticas e representações”, no período final do trabalho servil.

Deste modo, as representações em torno do trabalho, ao lado de diversas outras de cunho racial e econômico, permitiram o prevalecimento de um projeto imigrantista para o Brasil, justificado pela exaltação do trabalhador imigrante de origem européia. Por outro lado, libertos e nacionais livres foram aos poucos rejeitados do sistema de trabalho, ao menos dentro dos discursos, vistos como vadios e perigosos. Apenas a educação e a repressão aos seus vícios poderiam fazer com que, um dia, tais elementos pudessem ser incorporados, rechassando, assim, o perigo imaginado pelas elites.

⁹² Propaganda de Severiano Nunes Cardoso de Rezende sobre a hospedaria de imigrantes de São João del-Rei direcionada aos fazendeiros, São João Del Rei, 30 de dezembro de 1888, Acervo particular do fazendeiro Geraldo José Rodrigues.

⁹³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Recebido: 14/09/2011
Aprovado: 13/11/2011